



Handwritten signature/initials in blue ink.

Handwritten signature/initials in blue ink.

DATA DA REUNIÃO: CINCO DE ABRIL DE DOIS MIL E DEZOITO.-----

LOCAL DA REUNIÃO: SALÃO NOBRE DO EDIFÍCIO SEDE DO MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO.-----

PRESIDIU: O VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. ALBERTO MANUEL MARTINS COSTA.-----

PRESENÇAS E FALTAS:-----

PRESIDENTE DR. JOAQUIM BARBOSA FERREIRA COUTO – PS – FALTOU POR RAZÕES QUE FORAM CONSIDERADAS JUSTIFICATIVAS.-----

VEREADORA DRA. ANDREIA CARINA MACHADO DA SILVA NETO – PPD/PSD.CDS-PP – PRESENTE.-----

VEREADOR DR. ALBERTO MANUEL MARTINS COSTA – PS – PRESENTE.-----

VEREADORA ENG.ª ANA MARIA MOREIRA FERREIRA – PS – PRESENTE.-----

VEREADOR DR. JOSÉ MANUEL ALVES PIMENTA DE CARVALHO – PPD/PSD.CDS-PP – PRESENTE.-----

VEREADOR DR. JOSÉ PEDRO DOS SANTOS FERREIRA MACHADO – PS – FALTOU POR RAZÕES QUE FORAM CONSIDERADAS JUSTIFICATIVAS.-----

VEREADOR CARLOS ALBERTO CARVALHO FERNANDES – PPD/PSD.CDS-PP – PRESENTE.-----

VEREADOR TIAGO JOÃO MACHADO ARAÚJO – PS – PRESENTE.-----

VEREADORA ENG.ª SILVIA MANUELA DA COSTA FERREIRA TAVARES – PS – PRESENTE.-----

HORA DE INICIO DA REUNIÃO: QUINZE HORAS E QUINZE MINUTOS.-----

HORA DE ENCERRAMENTO: QUINZE E TRINTA MINUTOS. -----
SECRETARIOU A TRABALHADORA DESIGNADA PARA O EFEITO, MARIA ADRIANA
SALGADO MAGALHÃES. -----
**ORDEM CRONOLÓGICA POR QUE FORAM TRATADOS OS ASSUNTOS DA ORDEM
DO DIA:** A ORDEM QUE CONSTA DA PRESENTE ATA. -----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Não houve intervenções no período de antes da ordem do dia. -----



**ENTROU-SE DE IMEDIATO NA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DOS ASSUNTOS
PREVIAMENTE INCLUÍDOS NA ORDEM DO DIA A QUAL SE ANEXA À PRESENTE
ATA CONSTITUINDO AS SUBSEQUENTES DUAS FOLHAS. -----**



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel.+351 252 830 400
Fax +351 252 856 534
santotirso@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

REUNIÃO ORDINÁRIA DE 05 DE ABRIL DE 2018 – ATA Nº 7

ORDEM DO DIA

- 1 – Aprovação da ata da última reunião ordinária de 22/03/2018
- 2 – Tolerância de ponto no dia 02/04/2018 (Segunda-feira de Páscoa): Ratificação de despacho do presidente
- 3 – Relatório do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU): Aprovação
- 4 – Celebração de contrato de gestão de eficiência energética no Sistema de Iluminação Pública do Município de Santo Tirso – retificação da deliberação da câmara municipal de 22/02/2018 (item sete da respetiva ata)
- 5 – Celebração de contrato de gestão de eficiência energética no Sistema de Iluminação Pública do Município de Santo Tirso – Aprovação da minuta do contrato
- 6 – Empreitada: “Requalificação da Escola Básica do Ave – Vila das Aves”: Aprovação da minuta do respetivo contrato
- 7 – Alteração ao Regulamento Municipal das Habitações Sociais: Início do procedimento
- 8 – “ Construção da estrada de ligação do cemitério a Paradela – Vilarinho”: Aquisição das parcelas 17A, 17B, 17C e 19 – Resolução de expropriar - Aditamento à deliberação da câmara municipal de 08/02/2018
- 9 – Associação Cultural Popular Bombos e Concertinas “Os Cordovenses”: Pedido de atribuição de subsídio para obras de conservação do edifício sede
- 10 – Proposta de atribuição de subsídio para as Festas de Carnaval de Roriz / 2018
- 11 – Proposta de atribuição de subsídio para as festas em honra do Divino Salvador e Nossa Senhora de Fátima – S. Salvador do Campo
- 12 – AFR – Associação de Festas de Rebordões: Pedido de atribuição de subsídio para as festas em honra de S. Tiago
- 13 – Proposta de celebração de contrato-programa de desenvolvimento desportivo com o Ginásio Clube de Santo Tirso



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax +351 252 856 534
santotirso@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

5

- 14 – Proposta de celebração de contrato-programa de desenvolvimento desportivo com o Futebol Clube de Rebordões
- 15 – Proposta de celebração de contrato-programa de desenvolvimento desportivo com o Clube Desportivo de São Salvador do Campo
- 16 – Proposta de celebração de contrato-programa de desenvolvimento desportivo com a associação União Desportiva e Social de Roriz
- 17 – Proposta de celebração de contrato de patrocínio desportivo com o Atleta João Vale Silva

Santo Tirso, 29 de março de 2018

O Presidente,

Dr. Joaquim Couto

1. APROVAÇÃO DA ATA DA ÚLTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 22/03/2018.-----

Presente a ata da reunião ordinária realizada no dia vinte e dois de março findo, da qual se forneceu cópia a cada um dos senhores edis. -----

Após apreciação da referida ata, o senhor vice-presidente propôs, nos termos do número dois do artigo 57º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, que a câmara deliberasse aprovar a aludida ata.-----

A ata foi aprovada por unanimidade.-----

Não participou na discussão e votação da ata da reunião anterior o senhor vereador Dr. Pimenta de Carvalho, em virtude de não ter estado presente na mesma.-----

**2. TOLERÂNCIA DE PONTO NO DIA 02/04/2017 (SEGUNDA-FEIRA DE PÁSCOA):
RATIFICAÇÃO DE DESPACHO DO PRESIDENTE. -----**

Presente o despacho do senhor presidente da câmara de vinte e três de março findo, que decidiu conceder tolerância de ponto a todos os trabalhadores do município no dia dois de abril (segunda-feira de Páscoa). -----

A câmara municipal deliberou, por unanimidade, ratificar o aludido despacho. -----



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

DESPACHO



8

Dr.º Joaquim Barbosa Ferreira Couto, presidente da câmara municipal de Santo Tirso, decido, ao abrigo da competência prevista na alínea a) do nº 2 do artigo 35º do anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, para a gestão e direção dos recursos humanos afetos aos serviços municipais, conceder tolerância de ponto a todos os trabalhadores da câmara municipal de Santo Tirso no próximo dia 02 de abril, segunda-feira de Páscoa, dia festivo neste concelho, tradicionalmente tido como feriado, com encerramento dos serviços.

Santo Tirso, 23 de março de 2018

O Presidente,

Dr.º Joaquim Couto

3. RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO URBANO (PEDU): APROVAÇÃO.-----

Presente informação da Divisão de Planeamento Estratégico e Gestão de Financiamentos, de dezanove de março findo, registada com o número três mil duzentos e cinquenta e nove, a remeter Relatório de Execução do “Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano – Santo Tirso”, cuja candidatura ao Programa Operacional Regional do Norte foi aprovada pela Autoridade de Gestão do NORTE 2020, conforme contrato celebrado em vinte e nove de junho de dois mil e dezasseis.-----

O senhor vice-presidente submeteu o aludido Relatório à aprovação da câmara municipal.

Anexa-se cópia do referido Relatório à presente ata da câmara municipal, e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo I da mesma, rubricado pelo vice-presidente da câmara e por quem secretariou esta reunião.-----

A câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o aludido relatório.-----

Os senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista fizeram a seguinte declaração de voto.-----

DECLARAÇÃO DE VOTO

(Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano de Santo Tirso)

O relatório do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano do Município, elaborado com base nos documentos oficiais apresentados pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região Norte, não deixa margem para dúvidas: **Santo Tirso é o terceiro Município dos 17 da Área Metropolitana do Porto com a mais alta taxa de execução de fundos comunitários até 31 de março de 2018.**

Com uma dotação de cerca de 10 milhões de euros no PEDU, a que se soma mais um milhão de euros por via do acelerador de investimento lançado pelo Governo, **o Município de Santo Tirso já executou cerca de 5,3 milhões de euros, ou seja, 48 por cento das verbas aprovadas pelo NORTE2020.**

O terceiro lugar ocupado por Santo Tirso em matéria de execução dos fundos comunitários, fruto de 15 candidaturas já apresentadas e aprovadas, mostra que o executivo municipal tem uma visão estratégica para o Município e, acima de tudo, tem projetos, concluídos, em curso/preparação e a arrancar, para financiar a regeneração urbana, a mobilidade sustentável e a ação integrada para as comunidades desfavorecidas.

A somar aos 5,3 milhões de euros provenientes de candidaturas aprovadas no âmbito do PEDU, **o Município de Santo Tirso também já recebeu “luz verde” e executou cerca de 2,5 milhões de euros oriundos de projetos candidatados ao Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial.**

Aqui, **Santo Tirso é o sexto Município da Área Metropolitana do Porto com mais volume de investimento executado até 31 de março de 2018, com uma taxa de 64%.**

Tudo somado, entre PEDU e PDCT, **o Município de Santo Tirso já executou 80% das verbas que lhe foram atribuídas no âmbito do NORTE2020, ou seja, oito dos 10 milhões de euros**, mais um milhão de majoração por estar em condições de apresentar projetos através do acelerador de investimento.

Não fosse os atrasos verificados na execução dos fundos comunitários, da responsabilidade do anterior Governo, e o Município de Santo Tirso não teria apenas 15 projetos financiados no âmbito do PEDU no terreno ou já concluídos.

Porque, como já o dissemos anteriormente, não é por falta de visão estratégica ou por falta de projetos que não tem chegado mais investimento a Santo Tirso, com vista a honrar os compromissos assumidos para com a população do Município e a melhorar a sua qualidade de vida.

Pelo exposto, os vereadores do PS votam favoravelmente o relatório do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano do Município de Santo Tirso.

Santo Tirso, 05 de abril de 2018

4. CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE GESTÃO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO – RETIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE 22/02/2018 (ITEM SETE DA RESPETIVA ATA).-----

Presente informação da Divisão Jurídica de vinte e oito de março findo, registada com o número três mil setecentos e sete, a comunicar que a sociedade Virtual – Power Solutions, S.A., apresentou proposta em agrupamento, conforme documentos juntos à referida informação.-----

O senhor vice-presidente propôs que a câmara municipal deliberasse retificar a sua deliberação de vinte e dois de fevereiro último (item sete da respetiva ata) no sentido de que onde se lê “*concorrente Virtual – Power Solutions, S. A.*” passe a ler-se “*concorrente constituído pelo agrupamento de empresas Virtual – Power Solutions, S. A./Fomentefficiency Energy Services S.A./Canas – Engenharia e Construção S.A.*” -----

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade. -----

5. CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE GESTÃO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO: APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO.-----

Presente informação da Divisão Jurídica, de vinte e sete de março findo, registada com o número três mil seiscientos e setenta e cinco a remeter a minuta do contrato a celebrar com o consórcio das empresas Virtual – Power Solutions, S.A. / Fomentefficiency Energy Services S.A./Canas – Engenharia e Construção, S.A., denominado “Consórcio FOMENTEFFICIENCY / VPS / CANAS”, da qual se anexa cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo II da mesma;-----

O senhor vice-presidente propôs que a câmara municipal deliberasse aprovar a aludida minuta do contrato de gestão de eficiência energética no Sistema de Iluminação Pública do município de Santo Tirso. -----

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade. -----





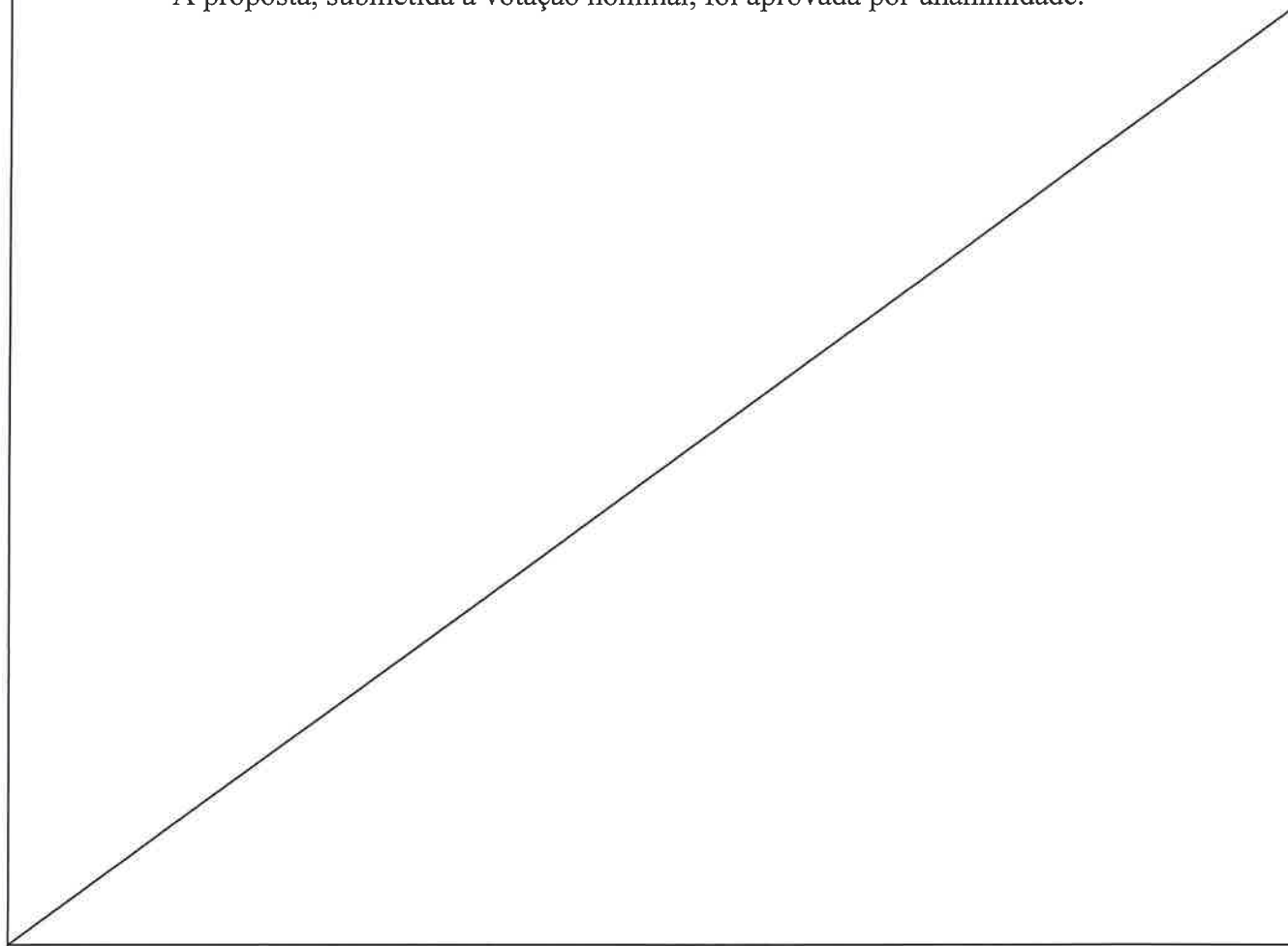
[Handwritten signature and initials]

6. EMPREITADA: “REQUALIFICAÇÃO DA ESCOLA BÁSICA DO AVE – VILA DAS AVES”: APROVAÇÃO DA MINUTA DO RESPETIVO CONTRATO. -----

Presente informação da Divisão de Contratação Pública, de vinte e sete de março findo, registada com o número três mil quinhentos e noventa e um, a remeter a minuta do contrato de empreitada acima referida, cuja decisão de adjudicação foi tomada por deliberação de vinte e dois de março findo (item seis da respetiva ata). -----

O senhor vice-presidente propôs que a câmara municipal deliberasse aprovar a minuta do contrato de empreitada acima referida, da qual se anexa cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo III da mesma. -----

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade. -----





[Handwritten signature and initials]

**7. ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO MUNICIPAL DAS HABITAÇÕES SOCIAIS:
INÍCIO DO PROCEDIMENTO.**-----

Presente informação de vinte e seis de março findo, da Divisão de Ação Social, registada com o número três mil seiscientos e onze, a propor a alteração do Regulamento municipal acima referido, que tem por objetivo estabelecer as regras e condições aplicáveis à gestão e ocupação do parque de habitações de arrendamento social, propriedade do município.-----

O senhor vice-presidente propôs que a câmara municipal, de harmonia com o previsto no n.º 1 do artigo 98º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei 4/2015, de 07 de janeiro, deliberasse dar início ao procedimento de alteração do Regulamento municipal acima referido, e designar como responsável pela direção a Técnica Superior Rita Moreira Alves Miranda Azevedo, em quem fica delegado, nos termos do n.º 2 do artigo 55º do mesmo Código, o poder de direção do procedimento.-----

O senhor vice-presidente propôs ainda que se fixe como data do início do procedimento, a data da presente deliberação, e se fixe o prazo de dez dias úteis para a constituição como interessados no procedimento e apresentação por escrito de contributos para a elaboração do regulamento.-----

A presente deliberação será publicitada de harmonia com o previsto no n.º 1 do referido artigo 98º e nos demais termos legalmente previstos, de cuja publicitação deverá constar a forma como se pode processar a constituição como interessados e a apresentação de contributos para a elaboração do regulamento.-----

O referido prazo de dez dias úteis conta-se a partir da data da publicitação desta deliberação na Internet no sítio institucional do município. -----

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade. -----

8. “CONSTRUÇÃO DA ESTRADA DE LIGAÇÃO DO CEMITÉRIO A PARADELA – VILARINHO”: AQUISIÇÃO DAS PARCELAS 17A, 17B, 17C E 19 – RESOLUÇÃO DE EXPROPRIAR - ADITAMENTO À DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE 08/02/2018.-----

Presente informação da Divisão Jurídica, de vinte e nove de março findo, registada com o número três mil setecentos e noventa e um, a comunicar que a Direção-Geral das Autarquias Locais veio solicitar esclarecimentos relativamente à identificação dos titulares do direito imobiliário que incide sobre os prédios descritos na Conservatória do Registo Predial sob os números 508 (quinhentos e oito) e 507 (quinhentos e sete), conforme inscrição AP. 3 de 1914/02/07, dos quais são a desanexar as parcelas de terreno identificadas com as letras 17A e 17B, descritas na deliberação da câmara municipal de oito de fevereiro último (item seis da respetiva ata), pela qual foi tomada a Resolução de Expropriar.-----

Pelo senhor vice-presidente da câmara municipal foi apresentada a seguinte proposta: ----

Considerando que a expropriação das referidas parcelas de terreno não extingue ou restringe o referido direito imobiliário, conforme resulta dos relatórios de avaliação efetuados por perito da lista oficial, que a câmara delibere declarar que os respetivos titulares não são interessados no processo de expropriação, em conformidade com o disposto no artigo 9º do Código das Expropriações. -----

E aditar à aludida deliberação da câmara municipal, na qual se faz referência ao direito imobiliário constituído a favor de José Rebelo Barbosa – Herdeiros, que “*Relativamente às parcelas identificadas com os números 17A e 17B não existem outros interessados para além dos respetivos proprietários, apesar do direito imobiliário que incide sobre os prédios descritos na Conservatória do Registo Predial sob os números 508 (quinhentos e oito) e 507 (quinhentos e sete), conforme inscrição AP. 3 de 1914/02/07, a favor de José Rebelo Barbosa (Herdeiros) dos quais são a desanexar as referidas parcelas de terreno, não havendo, consequentemente, lugar ao pagamento*

Reunião : ORDINÁRIA



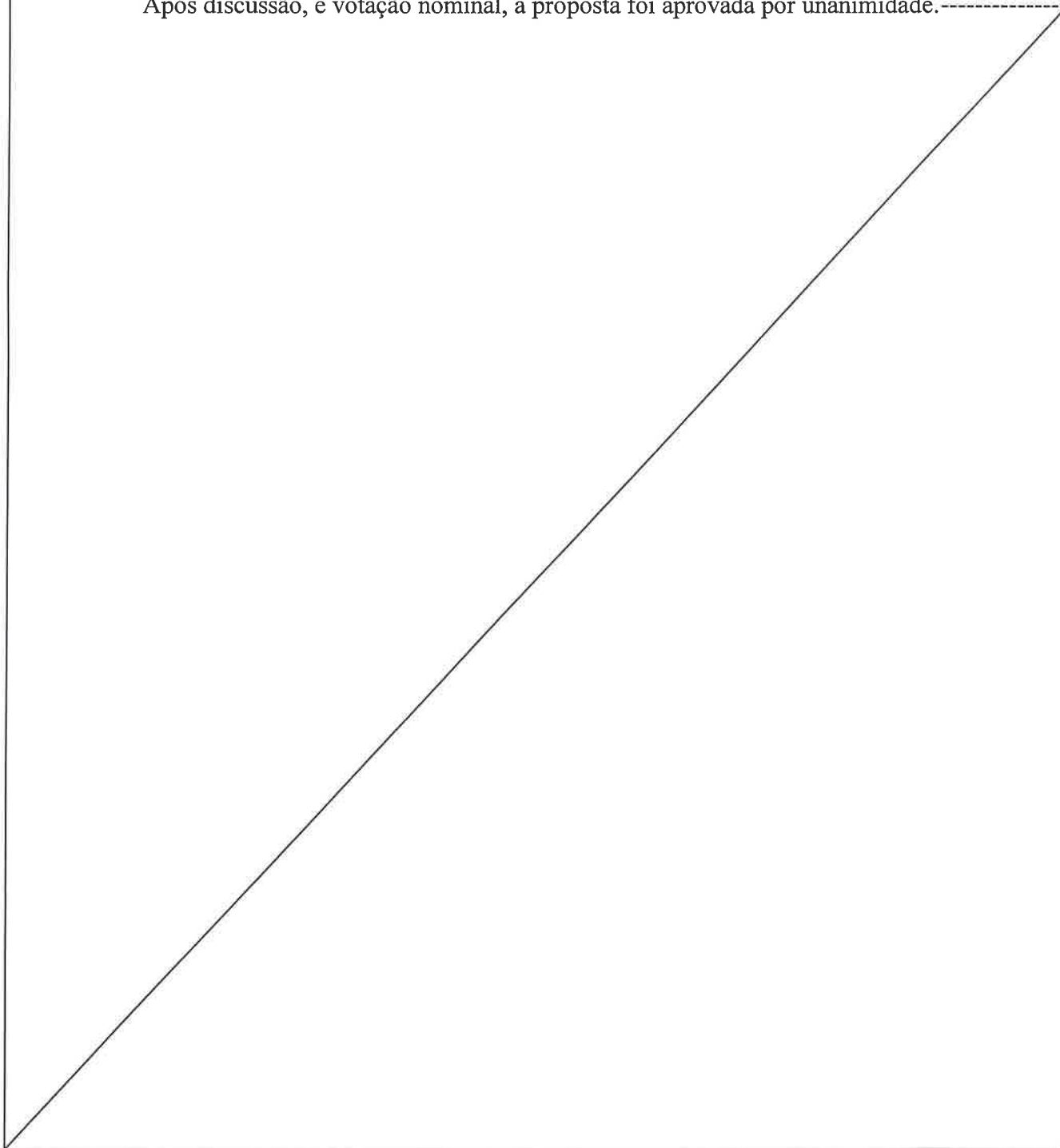
Câmara Municipal de Santo Tirso

Ata N.º 07 Fl. 17
05 de abril de 2018

[Handwritten signature]

de qualquer indemnização a favor dos titulares daquele direito imobiliário". -----

Após discussão, e votação nominal, a proposta foi aprovada por unanimidade.-----





9. ASSOCIAÇÃO CULTURAL POPULAR BOMBOS E CONCERTINAS “OS CORDOVENSES”: PEDIDO DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO PARA OBRAS DE CONSERVAÇÃO DO EDIFÍCIO SEDE: PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO. -----

Presente ofício de dois de novembro de dois mil e dezasseis, da associação acima identificada, registado com o número vinte e três mil duzentos e setenta e cinco, a solicitar que a câmara municipal delibere atribuir à identificada associação um subsídio para ajudar a custear as despesas com as obras de conservação do edifício onde está instalada a sua sede, bem como ampliação da sala polivalente. -----

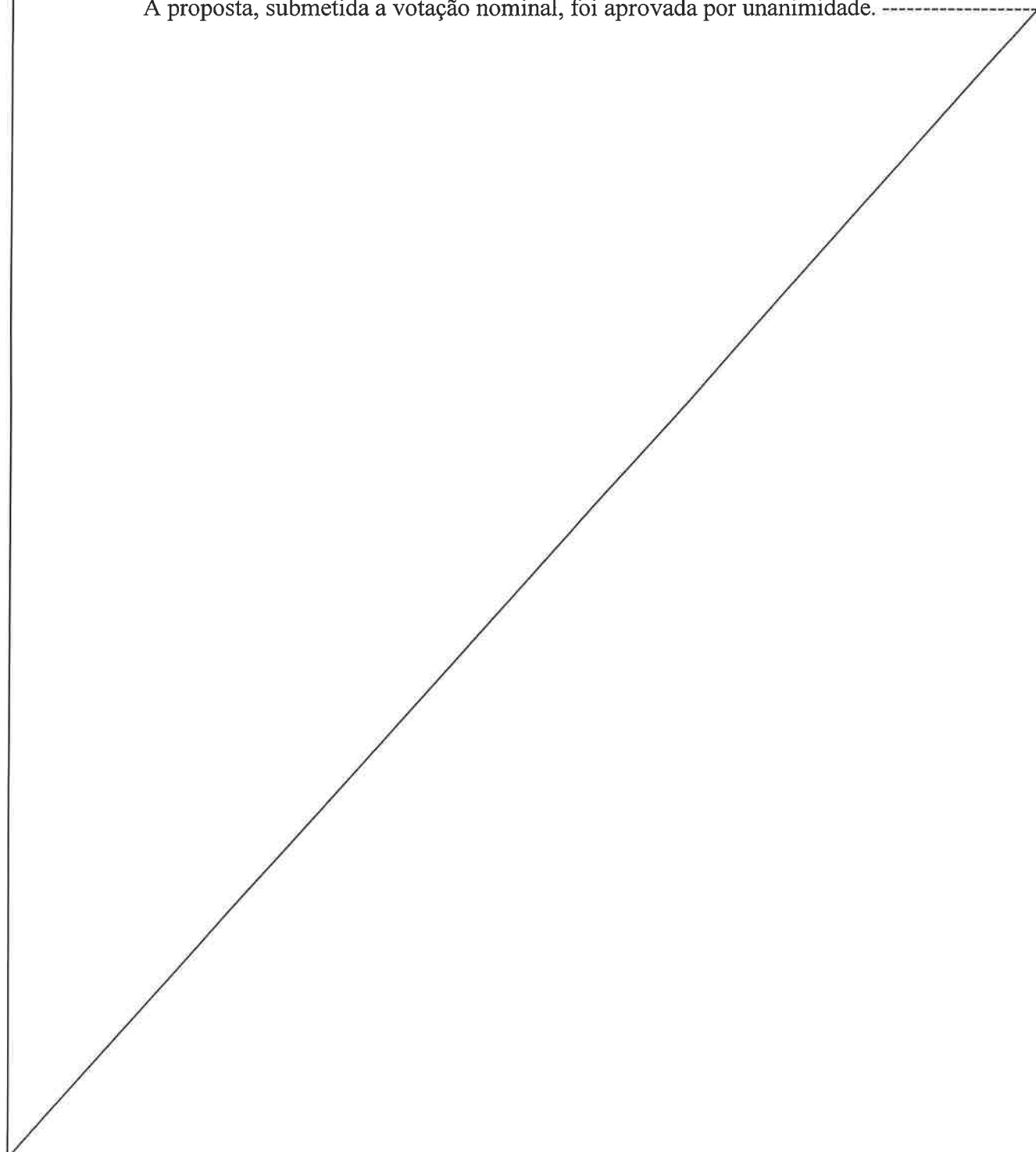
A Divisão de Projetos e Empreitadas informa que a estimativa orçamental dos trabalhos que se mostram necessários é de 13.192,91 € (treze mil cento e noventa e dois euros e noventa e um centimos), mais IVA. -----

O senhor vice-presidente propôs que a câmara municipal deliberasse celebrar um protocolo de colaboração com a identificada associação, para a realização de obras de beneficiação do edifício sito na Rua das Escolas, Lugar de Redundo, Monte Córdova, propriedade do município de Santo Tirso, e cujo direito de utilização foi cedido àquela associação por protocolo celebrado em sete de março de dois mil e quinze, mediante a atribuição de uma comparticipação financeira no montante de 16.227,28 € (dezasseis mil duzentos e vinte e sete euros e vinte e oito centimos) e nos demais termos da minuta de protocolo que se anexa à presente ata, e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo IV da mesma, rubricada pelo vice-presidente da câmara e por quem secretariou esta reunião. -----

A respetiva despesa será satisfeita pela rubrica orçamental com a classificação económica 080701, na qual tem dotação, conforme proposta de cabimento orçamental 1220/2018.-----

O compromisso inerente à presente deliberação está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental com o número 1319/2018, desta data. -----

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade. -----





[Handwritten signature]

10. COMISSÃO DE FESTAS DO CARNAVAL DE RORIZ: PEDIDO DE SUBSÍDIO

Presente ofício de seis de fevereiro último, da Comissão de Festas do Carnaval de Roriz, registado com o número três mil quinhentos e sessenta e cinco, a solicitar a atribuição de um subsídio para ajudar a custear as despesas com a organização do cortejo de carnaval de Roriz, que se realizou no dia treze do mesmo mês de fevereiro. -----

Pelo senhor vice-presidente da câmara municipal foi apresentada a seguinte proposta:-----

Considerando que o cortejo de Carnaval da freguesia de Roriz é já uma tradição concelhia, que atrai àquela freguesia um elevado número de visitantes;-----

Considerando que os festejos de Carnaval são uma tradição popular, que deve ser apoiada pela câmara municipal;-----

Considerando a competência da câmara municipal prevista nas disposições conjugadas das alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, proponho a atribuição de um subsídio no montante de 300,00 € (trezentos euros) à Comissão Organizadora do Carnaval de Fontão – Roriz, contribuinte número 902 038 338, para ajudar a custear as despesas com o referido evento.-----

A respetiva despesa será suportada pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento orçamental número 1207/2018.-----

O compromisso assumido com a presente deliberação está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental, com o número 1309/2018, de quatro do corrente mês de abril.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----



11. PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO PARA AS FESTAS EM HONRA DO DIVINO SALVADOR E NOSSA SENHORA DE FÁTIMA – S. SALVADOR DO CAMPO

Presente ofício de sete de março findo, registado com o número seis mil setecentos e setenta e um da Comissão de Festas de Nossa Senhora de Fátima, a solicitar a atribuição de um subsídio para ajudar a custear as festas em honra do Divino Salvador e Nossa Senhora de Fátima, que se realizam de três a seis do próximo mês de agosto.-----

O expediente vem informado favoravelmente pela Divisão de Património e Museus, conforme informação de quinze de março findo, registada com o número três mil cento e vinte e sete.

Pelo senhor vice-presidente da câmara municipal foi apresentada a seguinte proposta:-----

Ao longo do ano são diversos os eventos de cariz popular e religioso que se realizam por todo o concelho;-----

As diversas festas em honra dos santos populares e/ou padroeiros das diversas freguesias do concelho são também eventos culturais, que conquistam a simpatia e admiração quer dos residentes, quer de pessoas de fora do concelho, que aqui se deslocam por ocasião dessas manifestações religiosas/culturais;-----

Assim, considerando que as festas e as romarias são uma tradição cultural que merece ser apoiada;-----

Considerando ainda que as Festas em honra do Divino Salvador e Nossa Senhora de Fátima, S. Salvador do Campo, são uma tradição concelhia, que atraem um elevado número de visitantes;-----

Considerando a competência da câmara municipal prevista nas disposições conjugadas das alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, proponho a atribuição de um subsídio no montante de 450,00 € (quatrocentos e cinquenta euros) à Comissão de Festas em honra de Nossa Senhora de Fátima, S. Salvador do Campo, contribuinte número 901 850 578, para ajudar a custear as despesas com as referidas festividades. -----

[Handwritten signature]

A respetiva despesa será suportada pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento orçamental número 1128/2018.-----

O compromisso assumido com a presente deliberação está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental, com o número 1317/2018, de quatro do corrente mês de abril.-----

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade.-----



[Handwritten signature]

12. PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À ASSOCIAÇÃO DE FESTAS DE REBORDÕES (FESTAS EM HONRA DE S. TIAGO).-----

Presentes ofícios de vinte e sete de fevereiro último e doze de março findo, da Associação de Festas de Rebordões, registados com os números cinco mil seiscentos e noventa e seis e sete mil cento e noventa e oito, respetivamente, a solicitar a atribuição de um subsídio para ajudar a custear as festas em honra de S. Tiago, que se realizam nos dias vinte e oito e vinte e nove do próximo mês de julho. -----

Do expediente consta informação da Divisão de Património e Museus, de quinze de março findo, registada com o número três mil cento e trinta e dois, a propor a atribuição de um subsídio para ajudar a custear as despesas com as referidas festas.-----

Pelo senhor vice-presidente da câmara municipal foi apresentada a seguinte proposta:-----

Ao longo do ano são diversos os eventos de cariz popular e religioso que se realizam por todo o concelho;-----

As diversas festas em honra dos santos populares e/ou padroeiros das diversas freguesias do concelho são também eventos culturais, que conquistam a simpatia e admiração quer dos residentes, quer de pessoas de fora do concelho, que aqui se deslocam por ocasião dessas manifestações religiosas/culturais;-----

Assim, considerando que as festas e as romarias são uma tradição cultural que merece ser apoiada;-----

Considerando ainda que as Festas de S. Tiago de Rebordões são uma tradição concelhia, que atraem um elevado número de visitantes;-----

Considerando a competência da câmara municipal prevista nas disposições conjugadas das alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, proponho a atribuição de um subsídio no montante de 350,00 € (trezentos e cinquenta euros) à Associação de Festas de Rebordões, para ajudar a custear as despesas com as referidas festividades.-----

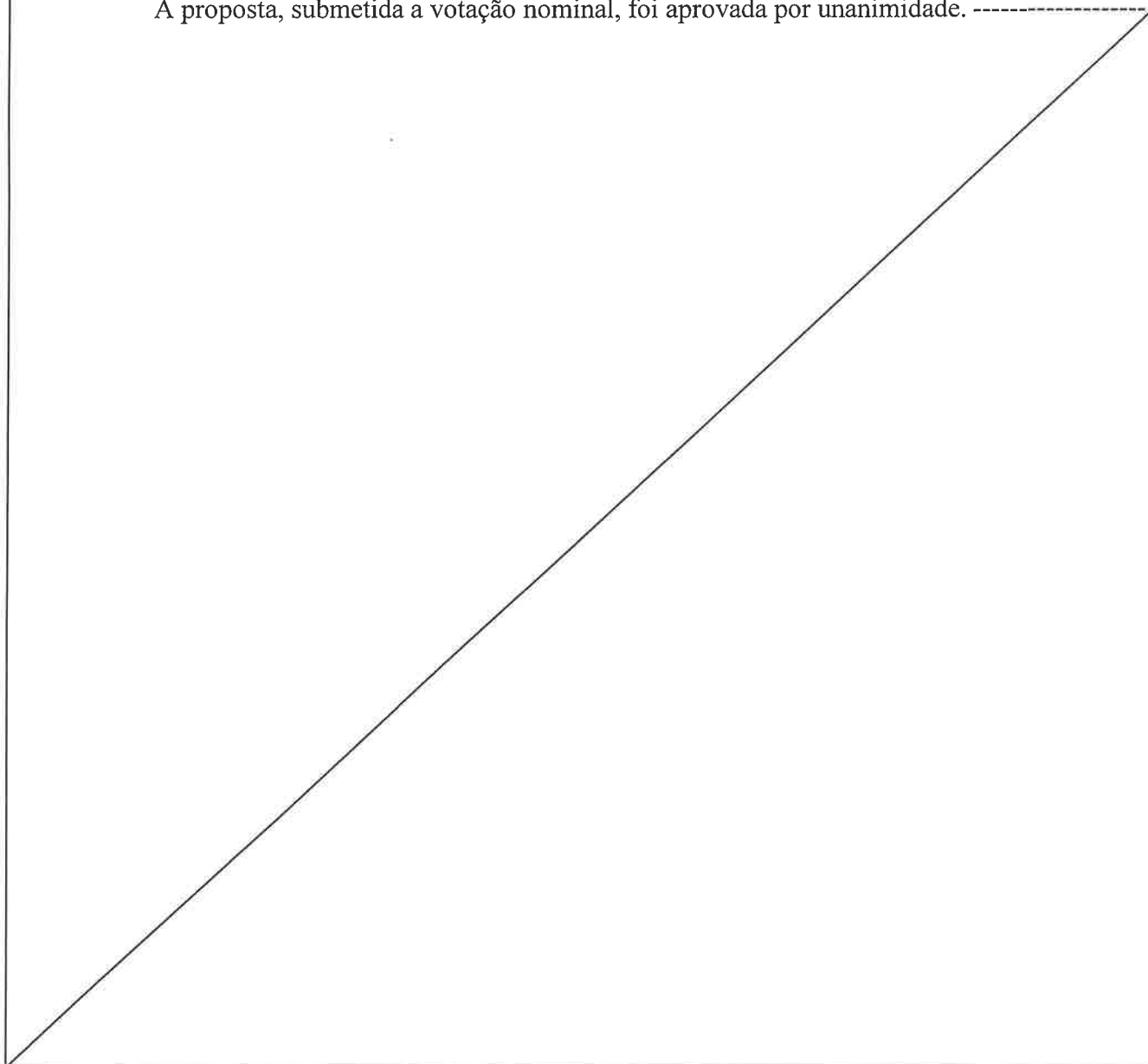


[Handwritten signature]

A respetiva despesa será suportada pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento orçamental número 1126/2018.-----

O compromisso assumido com a presente deliberação está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental, com o n.º 1163/2018, de vinte e dois de março findo. -

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade. -----





13. PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO COM O GINÁSIO CLUBE DE SANTO TIRSO. -----

Presente ofício de trinta e um de janeiro último, do Ginásio Clube de Santo Tirso, registado com o número dois mil oitocentos e setenta e sete, a remeter programa de desenvolvimento desportivo a prosseguir por aquela instituição desportiva no ano em curso e a solicitar o apoio da câmara municipal para a sua prossecução, mediante a celebração de um contrato-programa. -----

O assunto vem informado pela Divisão de Desporto, conforme informação de vinte e oito de março findo, registada com o número três mil setecentos e oito, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, nomeadamente para efeitos de fundamentação da presente deliberação.-----

Pelo senhor vice-presidente da câmara municipal foi dito:-----

Considerando que o Ginásio Clube de Santo Tirso tem a sua situação regularizada perante a Segurança Social, conforme declaração emitida pelo Serviço Segurança Social Direta, no dia vinte e oito de março findo, válida por quatro meses; tem igualmente a sua situação tributária regularizada, conforme certidão emitida via internet pelo Serviço de Finanças de Santo Tirso, no dia vinte e três de janeiro último, válida por três meses; -----

Considerando que o programa de desenvolvimento desportivo apresentado merece o apoio do município;-----

Considerando a competência prevista nas disposições conjugadas das alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, proponho que a câmara municipal delibere atribuir uma comparticipação financeira no montante de 125.000,00 € (cento e vinte e cinco mil euros) para apoiar a prossecução do referido programa de desenvolvimento desportivo, nos termos da minuta de Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo, da qual se anexa cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo V da mesma, composto por dezassete folhas, rubricado pelo presidente da vice-presidente da câmara e por quem secretariou esta



reunião. -----

O montante da comparticipação financeira a atribuir pelo município será suportado pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento orçamental número 1183/2018.-----

O compromisso inerente à celebração do referido contrato-programa está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental com o número 1263/2018, de vinte e oito de março. -----

Ao contrato a celebrar não é aplicável a parte II do Código dos Contratos Públicos, de harmonia com o previsto na alínea c) do nº 4 do artigo 5º do Código dos Contratos Públicos. -----

Após discussão, procedeu-se à votação nominal da proposta, a qual foi aprovada por unanimidade. -----



[Handwritten signatures and initials]

14. PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO COM O FUTEBOL CLUBE DE REBORDÕES. -----

Presente ofício de vinte e nove de janeiro último, do Futebol Clube de Rebordões, registado com o número dois mil oitocentos e vinte e sete, a remeter programa de desenvolvimento desportivo a prosseguir por aquela instituição desportiva no ano em curso e a solicitar o apoio da câmara municipal para a sua prossecução, mediante a celebração de um contrato-programa. -----

O assunto vem informado pela Divisão de Desporto, conforme informação de vinte e oito de março findo, registada com o número três mil setecentos e quarenta e dois, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, nomeadamente para efeitos de fundamentação da presente deliberação.-----

Pelo senhor vice-presidente da câmara municipal foi dito:-----

Considerando que o Futebol Clube de Rebordões tem a sua situação regularizada perante a Segurança Social, conforme declaração emitida pelo Serviço Segurança Social Direta, no dia vinte e oito de fevereiro último, válida por seis meses; tem igualmente a sua situação tributária regularizada, conforme certidão emitida via internet pelo Serviço de Finanças de Santo Tirso, no dia vinte e oito de fevereiro último, válida por seis meses;-----

Considerando que o programa de desenvolvimento desportivo apresentado merece o apoio do município;-----

Considerando a competência prevista nas disposições conjugadas das alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, proponho que a câmara municipal delibere atribuir uma comparticipação financeira no montante de 20.000,00 € (vinte mil euros) para apoiar a prossecução do referido programa de desenvolvimento desportivo, nos termos da minuta de Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo, da qual se anexa cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo VI da mesma, composto por quinze folhas, rubricado pelo vice-presidente da câmara e por quem secretariou esta reunião.-----

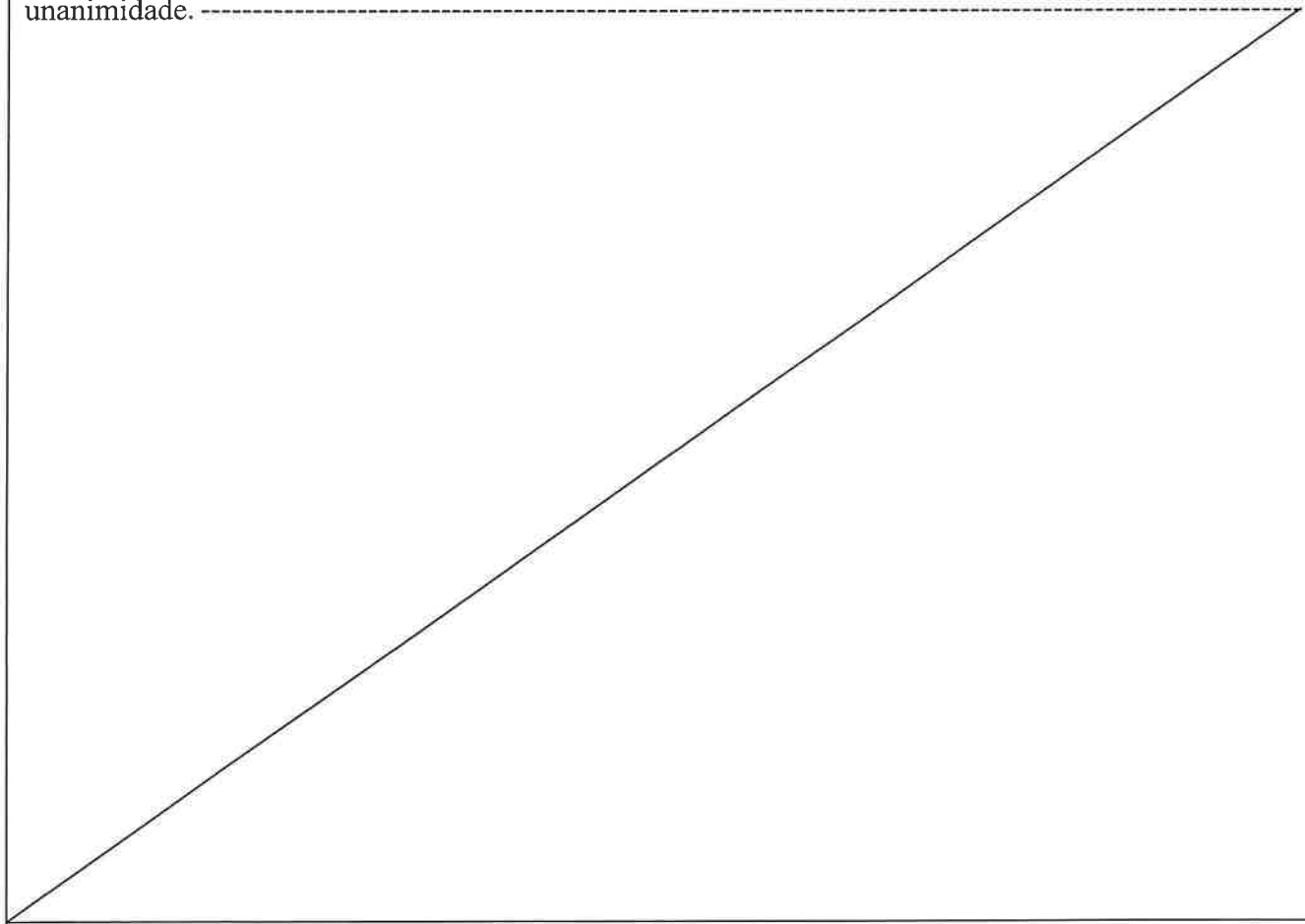


O montante da comparticipação financeira a atribuir pelo município será suportado pelas rubricas orçamentais com as classificações económicas 040701 e 080701, nas quais tem dotação, conforme proposta de cabimento orçamental número 1185/2018.-----

O compromisso inerente à celebração do referido contrato-programa está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental com o número 1262/2018, de vinte e oito de março.-----

Ao contrato a celebrar não é aplicável a parte II do Código dos Contratos Públicos, de harmonia com o previsto na alínea c) do nº 4 do artigo 5º do Código dos Contratos Públicos. -----

Após discussão, procedeu-se à votação nominal da proposta, a qual foi aprovada por unanimidade.-----





[Handwritten signature]

15. PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO COM O CLUBE DESPORTIVO DE SÃO SALVADOR DO CAMPO.-----

Presente ofício de vinte de janeiro último, do Clube Desportivo de São Salvador do Campo, registado com o número dois mil quatrocentos e cinquenta e um, a remeter programa de desenvolvimento desportivo a prosseguir por aquela instituição desportiva no ano em curso e a solicitar o apoio da câmara municipal para a sua prossecução, mediante a celebração de um contrato-programa. -----

O assunto vem informado pela Divisão de Desporto, conforme informação de vinte e oito de março findo, registada com o número três mil setecentos e treze, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, nomeadamente para efeitos de fundamentação da presente deliberação. -----

Pelo senhor vice-presidente da câmara municipal foi dito:-----

Considerando que o Clube Desportivo de São Salvador do Campo tem a sua situação regularizada perante a Segurança Social, conforme declaração emitida pelo Serviço Segurança Social Direta, no dia onze de janeiro último, válida por quatro meses; tem igualmente a sua situação tributária regularizada, conforme certidão emitida via internet pelo Serviço de Finanças de Santo Tirso, no dia nove de janeiro último, válida por três meses;-----

Considerando que o programa de desenvolvimento desportivo apresentado merece o apoio do município;-----

Considerando a competência prevista nas disposições conjugadas das alíneas o) e u) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, proponho que a câmara municipal delibere atribuir uma comparticipação financeira no montante de 26.500,00 € (vinte e seis mil e quinhentos euros) para apoiar a prossecução do referido programa de desenvolvimento desportivo, nos termos da minuta de Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo, da qual se anexa



cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo VII da mesma, composto por onze folhas, rubricada pelo vice-presidente da câmara e por quem secretariou a presente reunião. -----

O montante da comparticipação financeira a atribuir pelo município será suportado pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, na qual tem dotação, conforme proposta de cabimento orçamental número 1184/2018. -----

O compromisso inerente à celebração do referido contrato-programa está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental com o número 1256/2018, de vinte e oito de março. -----

Ao contrato a celebrar não é aplicável a parte II do Código dos Contratos Públicos, de harmonia com o previsto na alínea c) do nº 4 do artigo 5º do Código dos Contratos Públicos. -----

Após discussão, procedeu-se à votação nominal da proposta, a qual foi aprovada por unanimidade. -----



16. PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO COM A ASSOCIAÇÃO UNIÃO DESPORTIVA E SOCIAL DE RORIZ. -----

Presente ofício de seis de março findo, registado com o número sete mil e vinte, da União Desportiva e Social de Roriz, a remeter programa de desenvolvimento desportivo a prosseguir por aquela instituição desportiva no ano em curso e a solicitar o apoio da câmara municipal para a sua prossecução, mediante a celebração de um contrato-programa. -----

O assunto vem informado pela Divisão de Desporto, conforme informação de vinte e oito de março findo, registada com o número três mil setecentos e dezasseis, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, nomeadamente para efeitos de fundamentação da presente deliberação. -----

Pelo senhor vice-presidente da câmara municipal foi dito:-----

Considerando que o União Desportiva e Social de Roriz tem a sua situação regularizada perante a Segurança Social, conforme declaração emitida pelo Serviço Segurança Social Direta, no dia vinte e oito de março findo, válida por quatro meses; tem igualmente a sua situação tributária regularizada, conforme certidão emitida via internet pelo Serviço de Finanças de Santo Tirso, da mesma data, válida por três meses;-----

Considerando que o programa de desenvolvimento desportivo apresentado merece o apoio do município;-----

Considerando a competência prevista nas disposições conjugadas das alíneas o) e u) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, proponho que a câmara municipal delibere atribuir uma comparticipação financeira no montante de 29.000,00 € (vinte e seis mil e quinhentos euros) para apoiar a prossecução do referido programa de desenvolvimento desportivo, nos termos da minuta de Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo, da que se anexa cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo VIII da mesma, composto por



[Handwritten signature]

dez folhas, rubricado pelo vice-presidente da câmara e por quem secretariou a presente reunião. -----

O montante da comparticipação financeira a atribuir pelo município será suportado pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, na qual tem dotação, conforme proposta de cabimento orçamental número 1187/2018. -----

O compromisso inerente à celebração do referido contrato-programa está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental com o número 1265/2018, de vinte e oito de março. -----

Ao contrato a celebrar não é aplicável a parte II do Código dos Contratos Públicos, de harmonia com o previsto na alínea c) do nº 4 do artigo 5º do Código dos Contratos Públicos. -----

Após discussão, procedeu-se à votação nominal da proposta, a qual foi aprovada por unanimidade. -----



17. PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE PATROCÍNIO DESPORTIVO ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO E O ATLETA JOÃO VALE SILVA. -----

Presente requerimento de João Vale Silva, residente na Rua da Encosta Nascente, n.º 60, 1º Dto, freguesia da União de Freguesias de Santo Tirso, Couto (S. Miguel e Santa Cristina) e Burgães, deste concelho, de um de março findo, registado com o número seis mil e sete, a apresentar candidatura a apoio financeiro, ao abrigo das disposições do Regulamento Municipal de Patrocínio Desportivo a Atletas de Alto Rendimento, aprovado pela assembleia municipal em sessão ordinária de vinte e três de fevereiro de dois mil e dezassete, (item dez da respetiva ata) publicado no Diário da República, 2ª série, de vinte e dois de março do mesmo ano.-----

O requerente é atleta na modalidade de motociclismo - Quadcross.-----

O assunto vem informado pela Divisão de Desporto, conforme informação de vinte e oito de março findo, registada com o número três mil setecentos e vinte e dois, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, nomeadamente para efeitos de fundamentação da presente deliberação.-----

O requerente tem a sua situação tributária regularizada, conforme certidão emitida via internet pelo Serviço de Finanças de Santo Tirso, no dia quatro do corrente mês de abril, válida por três meses. -----

O senhor vice-presidente propôs que a câmara municipal, de harmonia com as disposições conjugadas do referido Regulamento e do Decreto-lei 273/2009, de 01 de outubro, e ao abrigo da sua competência para apoiar atividades de natureza desportiva, conforme dispõe a alínea n) do n.º 1 e do artigo 33º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, deliberasse celebrar um contrato de patrocínio desportivo com o identificado atleta, mediante a atribuição de uma participação financeira no montante de 1.000,00 € (mil euros), a pagar após a publicitação do respetivo contrato, nos termos legalmente previstos, e nas demais condições constantes da minuta de



contrato de patrocínio desportivo que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo IX da mesma, rubricado pelo vice-presidente da câmara e por quem secretariou esta reunião.-----

A respetiva despesa será satisfeita pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, na qual tem suficiente dotação, conforme proposta de cabimento orçamental n.º 618/2017, de dezassete de fevereiro de dois e dezassete, validada em três de janeiro último. -----

O compromisso inerente ao contrato a celebrar está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental com o número 1260/2018, de vinte e oito de março findo.-----

Ao contrato a celebrar não é aplicável a parte II do Código dos Contratos Públicos, de harmonia com o previsto na alínea c) do nº 4 do artigo 5º do Código dos Contratos Públicos. -----

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade. -----



[Handwritten signature]

ENCERRAMENTO.-----

A reunião foi encerrada eram: Quinze horas e trinta minutos.-----

E para constar se lavrou a presente ata que tem trinta e cinco folhas, e nove documentos anexos (anexo I, relativo ao item três; anexo II, relativo ao item cinco; anexos III, relativo ao item seis; anexo IV, relativo ao item nove, anexo V, relativo ao item treze; anexo VI, relativo ao item catorze; anexo VII, relativo ao item quinze; anexo VIII, relativo ao item dezasseis; e anexo IX, relativo ao item dezassete) apenas utilizadas no anverso, que eu *Adriana*

Agalhoes
funcionária designada para secretariar a reunião subscrevo e vai ser assinada por quem presidiu.

Alberto Soares Martins d. G. A.

APROVAÇÃO DA ATA.-----

A presente ata foi aprovada pela câmara municipal em reunião de 19/04/2018, conforme consta do item um da respetiva minuta (folhas sete).-----

A Secretária,

Adriana Agalhoes